

O INTERDISCURSO ENTRE-DISCURSOS

João Carlos Cattelan¹

RESUMO: Pretendo, neste artigo, a partir da definição de ‘interdiscurso’ de Michel Pêcheux (1995/2011) e de alguns exemplos do autor, refletir sobre o conceito, no que suponho seria o seu sentido estrito, e pretendo, ademais, mostrar que, embora a noção se mantenha irretocável, há diferentes modos de manifestação da interdiscursividade, das quais destaco a relação entre discursos como **rito genético**, como **embate polêmico** e como **efeito de sustentação**.

PALAVRAS-CHAVE: interdiscurso; rito genético; relação polêmica; efeito de sustentação.

ABSTRACT: In this paper, taking into account Michel Pêcheux’s definition of ‘interdiscourse’ (1995/2011) and some examples given by the author, I will discuss his concept in what I suppose would be its strict sense. In addition, I will attempt to show that even though the concept remains irreproachable, there are different manners of interdiscursivity being manifested, of which I highlight the relationship between discourses as genetic rite, controversial clash and supporting effect.

KEY WORDS: interdiscourse; genetic rite; controversial relation; supporting effect.

Recebido em 17-12-2016
Aceito em 24-03-2017

¹ Professor Doutor do Curso de Letras, da Unioeste, câmpus de Marechal Cândido Rondon, e do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Sociedade, da Unioeste, câmpus de Cascavel.

INTRODUÇÃO

Talvez a grande dificuldade para ingressar numa teoria se refira ao domínio do horizonte filosófico e epistemológico e do quadro conceitual que a constitui, problemática aumentada, pelo fato de que, em geral, os conceitos são elevados a objetos teóricos a partir de termos da linguagem cotidiana e, além disso, articulam-se a outros conceitos, com que mantêm um princípio de coerência orientado pelo ponto de vista explicativo dos fenômenos.

Se é assim para toda teoria, não poderia deixar de ser também para a Análise de Discurso de linha francesa (doravante, AD), teoria que, pautando-se na relação entre a língua e a sociedade, constitui um quadro de apreciação que demanda, de acordo com o seu prisma explicativo, teorizar os “protagonistas” do discurso, os discursos que “produzem” e a invectiva/injunção social e ideológica que se abate sobre as suas crenças. Dito de outro modo, a consideração dos interlocutores, o discurso produzido e os ditames sociais que circundam a produção dos discursos são postulados de várias disciplinas, mas cada uma parte de um ponto de vista distinto e lança luzes sobre aspectos que a outra teoria não abrange.

Talvez (e só talvez) a AD tenha o seu bocado maior de dificuldade por possuir uma constituição interdisciplinar, valendo-se de chaves explicativas da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Neste sentido, a língua teria uma relação direta com as determinações sociais, a sociedade seria o suporte de conflitos de interesse e o sujeito sofreria as determinações de processos psíquicos e ideológicos. Apesar da apresentação sumária, creio que isso dê uma ideia da dificuldade de penetração num prisma teórico, tido, às vezes, como hermético e de pouco resultado prático. Se, por um lado, é possível afirmar que o hermetismo é característico de toda teoria/disciplina, a afirmação de que a AD apresenta pouco resultado prático se pauta, de um

lado, no desconhecimento das pesquisas feitas na área e, de outro, exige um pragmatismo radical das teorias.

No que tange ao quadro conceitual da AD, a situação não fica mais tranquila do que quando se observa o seu background de constituição. Apesar de ter uma pequena quantidade de conceitos, termos comuns são alçados à categoria de chaves explicativas e de circunscrição de fenômenos elevados à qualidade de dados, constituindo corpora de pesquisas. E nunca é demais afirmar que cada conceito possui uma acepção estrita, cujo efeito de sentido está atrelado à sua Formação Discursiva (doravante, FD). Entendo que essa especificidade circunscrita de compreensão e aplicação, no caso da AD e de Michel Pêcheux, na grande maioria dos casos, deve ser feita a partir de uma leitura de sintomas: uma vez que os conceitos da AD raramente se encontram definidos explicitamente ou, então, aparecem num texto e depois são dados como sabidos, a saída é uma leitura de sintomas e de garimpagem ao longo dos textos e publicações, buscando captar o processo discursivo que os regula e os circunscreve/delimita.

Dada a complexidade de qualquer teoria e do conjunto de conceitos que a constitui, seria inglório tentar contornar, num artigo, um dos ângulos, teórico ou conceitual, com exaustão. Este estudo busca tecer reflexões sobre o conceito de ‘interdiscurso’, buscando compreender a que remete e quais são algumas das suas formas de manifestação. Após desenhar a área de abrangência do conceito, busco demonstrar que há formas distintas de ocorrência, embora a tese geral permaneça intacta: dito de outro modo, ainda que os fenômenos observados sejam diferentes entre si, em todos eles, é o ‘interdiscurso’ na sua acepção estrita que se repete.

O CONCEITO DE INTERDISCURSO

Para discutir o conceito, valho-me de dois excertos de Pêcheux que parecem ser bastante próprios para precisar de que se fala quando se fala sobre a relação interdiscursiva ou da relação ‘entre discursos’. O recorte inicial vem da obra **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, de 1995, e se encontra à página 162. Nas palavras do autor,

O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’.

Teço algumas reflexões sobre o recorte para colocar no devido lugar (pelo menos, como o entendo) o conceito em estudo. Atento para o fato de Pêcheux afirmar que uma FD dissimula o interdiscurso que a atravessa pela criação do efeito de “transparência do sentido que nela se forma”, o que significa que, contra a especularidade biunívoca que parece constituir o significado das palavras, elas são o mesmo e o outro simultaneamente. A simulação de *um* sentido único colado ao significante ocorre, porque, ao trazer para dentro da sua fronteira um ingrediente estranho à sua constituição, a FD o relê e impõe outro sentido, que, depois, mesmo que a dissimulação tenha sucesso, mantém presentes o mesmo e o outro, num atravessamento mútuo e constante: a relação com o discurso anterior é inapagável. Ou seja, uma FD, para se constituir, só pode fazê-lo por referência a outra, da qual se distancia por submeter o que não lhe pertencia ao seu fio avaliativo. Ocorrida a permuta do sentido, este é visto como tendo sido sempre assim, sem outra possibilidade de leitura que não aquela que a FD estabelece.

Mas, com maior ou menor apagamento do discurso² que tomou como matéria prima, a dissimulação não elimina em definitivo a “objetividade material contraditória do interdiscurso”. De um lado, o interdiscurso, isto é, a presença de FDs em contraste, permite, sob a aparência da homogeneidade, atestar a presença do discurso outro, pois existe uma “objetividade material” que a torna presente. Por outro, ele indica a heterogeneidade constituinte de uma FD, marcada pelo mesmo e pelo outro (pelo idêntico e pelo diferente) de que se distanciou e cuja “origem” denega para que a legitimação aconteça. A morte do outro (mesmo que pela dissimulação e aparência) deve acontecer para que o mesmo viva; mas ela continua atestável no intradiscurso.

Mas o ponto forte do recorte no que tange ao conceito está no que Pêcheux aponta como a comprovação da “objetividade material contraditória do interdiscurso”, cuja presença ubíqua é atestada pelo fato de que “algo fala antes, em outro lugar e independentemente”. A observação, pois, é que a FD não tem uma origem própria e isto revela a contradição que a percorre, pois o mesmo que a ajuda a disfarçar os débitos e a constituição heterogênea está pautado sobre o outro que o antecedeu e provém de outro lugar.

Pretendo me deter, termo a termo, no que entendo ser a definição de ‘interdiscurso’, já que parto da hipótese de que, se a sua objetividade material é atestada pelo fato de que algo antecede o discurso e cinde a homogeneidade aparente da FD, e isto é materialmente detectável, então, é esta interrelação clivada que o define e o categoriza.

Começo pelo pleito de que o ‘interdiscurso’ ocorre como “algo que fala antes”, o que remete à fórmula do primado do interdiscurso sobre o discurso e significa que todo discurso está em débito com o que foi dito antes, com a ênfase sobre o fato de que o dito antes não é critério suficiente para

² Apesar de deixar parecer que o ‘interdiscurso’ ocorre por meio da relação entre “duas” FDs apenas (e ele o faz, pontualmente, a cada momento), o resultado final de uma FD é a mescla de várias FDs e, portanto, de várias relações interdiscursivas.

detectar a relação interdiscursiva, pois deve estar atrelado a “em outro lugar e independentemente”. Dos três traços do ‘interdiscurso’, um se refere, portanto, ao fato de que, no discurso atual, pode-se atestar a presença de um antecedente que “fala antes”.

Tomo um exemplo de Pêcheux para precisar o que entendo que seja afirmado em “algo que fala antes”, embora o exemplo auxilie na revelação dos outros dois traços do conceito. Às páginas 98 e 99 da obra citada acima, o autor se faz duas questões, sendo que, na segunda, ele próprio responde ao questionamento feito; dito de outro modo, se a primeira pergunta é retórica, a segunda produz um efeito de afirmação:

Deveríamos, então, declarar como absurda e desprovida de qualquer sentido uma frase como: ‘aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu’, na qual o discurso do ateísmo militante nega, na ‘proposição em seu todo’, a existência daquele mesmo que ele pressupõe na subordinada? Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há *separação, distância ou discrepância* na frase entre o *que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?* (Grifos do autor).

Em termos de articulação lógica, o exemplo dado por Pêcheux pecaria por incoerência, uma vez que aquele de quem se pressupõe a existência tem a existência negada. A saída, já que o enunciado faz sentido e a contradição não existe, viria da percepção de que o pré-construído “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz” e a negação “nunca existiu”, ditada pelo discurso transversal de outra FD, colocam discursos distintos em relação polêmica, servindo o discurso crente de matéria prima para o do ateísmo militante. Parece-me que o exemplo e o comentário são elucidativos em relação a “algo (que) fala antes” e a “em outro lugar e independentemente”.

Para reiterar a primeira parte da definição e conduzir a discussão para os outros ditames, retomo o que Pêcheux busca em Henry para ratificar o que afirma na segunda pergunta: “Foi isso que levou Henry a propor o termo

‘*pré-construído*’ para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, 1995, p. 99, grifos do autor). Mesmo que o ateísmo militante trocasse o pré-construído “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz” por Jesus Cristo/O Messias/O Salvador/O Filho de Deus/O Filho do Carpinteiro, estes sintagmas não lhe pertencem, já que provêm de outra FD (anterior, exterior e independente) com que mantém uma relação material de contradição que o forçam a trabalhar na via da negação do outro, que se conduz pelo eixo da afirmação positiva e categórica.

Fosse o conceito de ‘interdiscurso’ relativo apenas ao fato de que, no discurso, “algo fala antes”, mesmo os processos de retomada internos a uma FD, com o que ela “produziu” de idiossincrático, seriam interdiscursivos. Um enunciado como “aquele que morreu na cruz para nos salvar ressuscitou, vive, reina e está no meio de nós” deveria ser visto como interdiscursivo, já que teria sido dito antes da retomada atual. Ocorre que o ‘interdiscurso’ não se resume à detecção de algo dito antes: fosse assim, ele perderia seu poder de explanação, pois não evidenciaria os efeitos que pretendo discutir adiante. Ocorre que, além disso, tanto em Pêcheux quanto em Henry, o conceito exige a exterioridade e a independência do discurso outro.

O sintagma “em outro lugar” exige que o discurso outro, para ser tido como constituinte de uma relação interdiscursiva, não pertença ao campo do mesmo, mas ao espaço do diferente e do não-pertencimento. Assim, não há discurso primeiro, mas discursos posteriores calcados sobre outros discursos, por sua vez, articulados sobre discursos antecedentes, ou seja: o discurso se constitui a partir do dito antes que não pertence ao seu universo de crenças e se torna possível a partir do outro tomado como matéria prima. Anterioridade e exterioridade são mutuamente determinantes, pois vir antes e pertencer a uma zona exterior são duas faces de uma mesma moeda.

Parece, pois, que o postulado de que um discurso se constitui por meio do primado do interdiscurso remete à percepção injuntiva de que “algo fala antes” e, neste sentido, precede a formulação atual, mas também que o que fala antes vem de um lugar, exterior (porque vem de fora), estranho (porque é reformulado para ser aceito) e polêmico (porque é retomado por meio da negação ou do deslocamento para outro efeito). Neste sentido, para afirmar a existência do interdiscurso, é necessário apontar, na “objetividade material contraditória” do intradiscurso, marcas, indícios ou sintomas da presença cuja localização se encontra noutro espaço, cronologicamente anterior. Mesmo que, às vezes, FDs distintas pareçam se constituir ao mesmo tempo, uma precede a outra, ainda que esta anterioridade e exterioridade não se distanciem mais do que uma enunciação.

Retorno ao exemplo de Pêcheux. O sintagma “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz” (ou a substituição por “Jesus Cristo/O Messias/O Salvador/O Filho de Deus/O Filho do Carpinteiro”) vem de um momento anterior e de uma FD que antecede a que afirma “nunca existiu”. Posto em outras palavras e atendendo ao conceito de ‘interdiscurso’ (do qual o pré-construído é constituinte), “O Salvador do mundo”, na sua acepção positiva e categórica, pertence à FD cristã, que antecede e é exterior à FD ateuísta, que a sucede e a tem como exterioridade, entretecendo com ela uma relação de negação. Não defendo que o ateísmo apareceu após o cristianismo, mas que o enunciado negativo do primeiro é posterior à exterioridade do segundo.

Por fim, parece necessário dar atenção para o termo ‘independente’, que arremata a definição. Não bastasse a exigência de antecedência dada pelo sintagma “algo fala antes” e de exterioridade imposta por “em outro lugar”, há outra exigência para que o ‘interdiscurso’ seja atestável no intradiscurso: a independência, que permite concluir que o discurso retomado existiria sem a ocorrência daquele que o sucede. Neste sentido, a relação interdiscursiva

ocorre entre FDs que independem uma da outra, porque (ou ainda que) uma delas, fatalmente, aparece historicamente depois.

A independência exigida para que a interdiscursividade seja atestada na materialidade contraditória do intradiscurso aponta, pois, para o fato de que o interdiscurso revela que não há, de direito, uma FD original, isenta de reverberações anteriores e que não tenha ressonância da FD que lhe permitiu erigir-se, seja no sentido da rejeição, da submissão ou outro efeito percorrido pela sua “evolução”. Resta enfatizar: o ‘interdiscurso’ se dá pela relação de um discurso posterior com um anterior, sendo que este não é tributário daquele, já que independe da relação, o que não é verdade para o primeiro. Entretanto, o discurso anterior que independe do que o sucede não está isento de débitos com relação ao que foi sua matéria prima, pois também tem uma FD da qual tirou sustentação para se alçar à condição de FD.

Para fechar a discussão sobre o conceito, retomo uma vez mais o exemplo retirado de Pêcheux. O pré-construído “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz”, recuperado do discurso cristão, antecede o discurso do ateísmo, porque foi dito antes (e ele só poderia ser negado sob esta condição, já que não se nega o que não foi afirmado), pertence a um lugar próprio (ao cristianismo e não ao ateísmo) e é independente frente ao discurso ateu (o discurso cristão existiria, neste sentido, mesmo que não houvesse ceticismo transcendental). Enfim, o ‘interdiscurso’ se refere ao fato de que “algo fala antes, em outro lugar e independentemente”.

Fecho esta parte do estudo com uma citação de Pêcheux (2011, p. 158) que arremata a discussão mais bem do que eu poderia fazê-lo:

o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se desde então seu princípio de funcionamento: *é porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e deslocar historicamente.

O INTERDISCURSO COMO RITUAL GENÉTICO

No artigo **Metáfora e Interdiscurso**, escrito em 1984, Pêcheux (2011) reflete sobre a hipótese difundida de que as palavras possuem, antes, um sentido literal e, depois, sentidos outros, que surgem por deslocamento da literalidade transparente. Um exemplo desta percepção é dado pela defesa da existência de figuras de linguagem, que seriam resultantes do deslocamento do significado original para outro que mantém relação de sentido com aquele tido como primeiro e anterior. A denotação e a conotação estão assentadas sobre este alicerce.

O pensador francês afirma que, para refletir, partirá “de um sistema de exemplos familiar ao nosso Simpósio, que concerne o deslocamento espacial e as diferentes metáforas nas quais ele se representa: no caso, o balão livre, a estrada de ferro e a toupeira. Poderíamos dizer também: os deslocamentos no céu, na terra e sob a terra” (p. 157). Embora o autor não explique os exemplos no artigo, ‘balão livre’, ‘estrada de ferro’ e ‘toupeira’ poderiam ser utilizados para substituir ou ocupar o lugar de outra forma de movimentação no espaço, como metáfora, metonímia, analogia ou comparação, sendo estes termos tomados na sua acepção tradicional. Assim, poder-se-ia afirmar “O sonho de Ícaro era voar como um balão livre”, “as carroças conquistaram o oeste como se fossem estradas de ferro” e “o trabalhador cava poços à busca de água como uma toupeira”, que remetem ao deslocamento pelo espaço, mas, à “falta” de outros termos, aproveitam palavras existentes, deslocando-as e mantendo em mira o sentido “original”.

Porém, o pensador francês defende outra percepção da relação entre termos de regiões discursivas distintas, pois, para ele, não existe literalidade ou transparência da linguagem, já que as palavras não possuem um sentido

original (a suposta linguagem adâmica) que é metaforizado (‘metáfora’ aqui estaria sendo empregado no seu sentido comum). Para o autor, a metáfora é um fenômeno abrangente e explica a constituição das FDs, que se articulam umas sobre as outras, aproveitando-se dos seus termos e os deslocando para outros efeitos de sentidos. Não haveria, assim, um sentido primitivo e outros derivados, mas a deriva seria própria da discursividade. O recorte a seguir tirado de Pêcheux (2011, p. 161) expõe essa percepção:

Isto suporia que não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso. Não haveria assim naturalidade ‘técnica’ do balão livre ou da estrada de ferro, ou naturalidade ‘zoológica’ da toupeira, que seria *em seguida* objeto de metáforas literárias ou políticas; a produção discursiva desses objetos ‘circularia’ entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser considerada originária.

Passando ao largo da discussão sobre a ubiquidade metafórica de criação da linguagem e dos discursos e sobre a defesa da não literalidade dos significantes, pretendo, nesta seção, mostrar que, em virtude da assunção de Pêcheux, o ‘interdiscurso’ corresponde à gênese dos discursos, embora esta não seja a sua única forma de ocorrência. Se uma FD se constitui porque as palavras de outra podem ser importadas (metaforizadas) e deslocadas para outros efeitos de sentido, o fenômeno explica porque os discursos se movem e os sentidos podem se deslocar. Não estou afirmando nada de novo, neste caso, pois o texto citado no início da seção chega a esta conclusão.

Retomo o exemplo de Pêcheux sobre a metáfora/deslocamento do termo ‘incêndio’ entre três FDs distintas: a do “discurso cotidiano urbano do século XIX” e “a pertencente ao discurso político revolucionário clássico, ao qual os anarquistas assim como os marxistas se referiram historicamente” (p. 159). Simplifico as reflexões do autor, pois, creio que importa reter que, na primeira FD, ‘incêndio’ equivale à fatalidade da combustão espontânea, na

segunda, remete à queima provocada com a intenção de destruir os meios de exploração dos responsáveis pelas mazelas sociais e, na terceira, equivale a enfrentar o agente explorador pela construção do espírito revolucionário. Se, no primeiro caso, “As lojas X/o banco Y/o prédio administrativo Z/... foram destruídos pelo incêndio” (p. 159) resultou de um acaso, no segundo, ele foi provocado e, no terceiro, as instituições deveriam pertencer ao estado para evitar a exploração. Trata-se, sempre, de um ‘incêndio’, mas não do mesmo, pois, para Pêcheux (2011, p. 160 - grifos do autor), “a metáfora aparece como uma *perturbação*” do sentido e “Isto não constitui nem uma justificativa nem uma condenação do anarquismo face ao marxismo (ou vice-versa), mas uma tentativa de elucidar como um efeito de interdiscurso pode se transformar historicamente em um exemplo que nos concerne a todos”. A metaforização (ou interdiscurso) seria provocada por “curto-circuito metafórico” (p. 159).

Para concluir esta seção, assinalo duas situações que conheço melhor e que contribuem para a tese de Pêcheux sobre o ‘interdiscurso’ ser a gênese dos discursos por meio da metáfora e dos seus curtos-circuitos. Um se refere à Teologia da Libertação que, em 60, desenvolveu-se sobre o Catolicismo tradicional, submetendo cada termo a um deslocamento de sentido. Se, na primeira, Cristo foi lido como um revolucionário questionador dos poderes instituídos, no segundo, ele é o Filho de Deus que serve a todos. Pautada no marxismo, a primeira politizou a figura compreensiva e condescendente, transformando-o em combativo. O outro vem do estudo de Maingueneau (2005) sobre o jansenismo e o humanismo devoto, em que a centralização, a “rudeza” e a “aspereza” do primeiro são submetidas à “doçura” dos devotos, que fixam uma semântica global que coloca a religiosidade sob outro prisma avaliativo.

O INTERDISCURSO COMO RELAÇÃO POLÊMICA

Outro modo pelo qual o ‘interdiscurso’ revela marcas da objetividade material contraditória diz respeito à relação polêmica sobre como diferentes discursos avaliam o mundo e mostram esta avaliação no fio do intradiscurso. Diferentemente dos exemplos anteriores que não criam dissensões negativas (exceto no exemplo de Maingueneau), é comum que o ‘interdiscurso’ revele, na tessitura, o outro de que precisou para se constituir, negando-o: interdito. Quando isto acontece, uma afirmação permite ler o que é negado, mesmo que permaneça silenciado, e uma negação mostra o que é afirmado, exposto explicitamente ou não. Para Maingueneau (2005, p. 40),

Todo enunciado do discurso rejeita um enunciado, atestável ou virtual, de seu Outro do espaço discursivo. Quer dizer que esses enunciados têm um ‘direito’ e um ‘avesso’ indissociáveis: deve-se decifrá-los sobre seu ‘direito’, mas também sobre seu ‘avesso’, na medida em que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro.

Como exemplo inicial, considere-se o enunciado “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, que tem um efeito afrontador, pois se contrapõe ao que afirma a existência de Cristo. A negação que aparece no enunciado se justifica na medida em que há outro dito, que, ao ser interdito, é alijado para fora da zona do dizer. Em outros termos, só se pode afirmar que algo não existe, na medida em que alguém diz que existe. E, se o discurso cristão afirma “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz existiu”, também há uma relação interdiscursiva, pois não há por que reafirmar, se não há quem nega. Afirmar, pois, o primado do ‘interdiscurso’ é perceber que a relação entre discursos é constitutiva; não há discurso sem interdiscurso; não há o mesmo sem o outro. Por mais homogêneo que um discurso pareça ser, ele é heterogeneamente constituído.

Neste modo de ‘interdiscurso’, que não é o da gênese, mas de relações

de confronto, fala-se de ‘polêmica’ quando um discurso se refere ao outro, por meio da rejeição derrisória, considerando os seus ditames como infundados. A ironia, a contrapropaganda, o rechaço, o deboche, a fofoca, o chiste e o riso são formas de fazer o outro parecer equivocados, ser visto como falso e estar na obrigação de concordar com quem o “denigra”. A polêmica agride e busca a homogeneidade especular: o que, friso, é inglório, já que o ‘interdiscurso’ é inapagável.

Para mostrar este ‘interdiscurso’, valho-me de recortes do romance **O crime do padre Amaro**, de Eça de Queirós, que, ao afirmar um discurso misericordioso e afável, considera o outro cruel e desumano. Na obra, o autor critica a igreja católica e tipifica o clero como devasso, oportunista, guloso, hipócrita e covarde, responsabilizando-o por as pessoas temerem a vida, já que Deus seria tirano e perverso. Submetidas ao terror do pecado, as pessoas reprimiriam os desejos e fariam jejuns exagerados e orações intermináveis. Vê-se, inclusive, abades assassinos de crianças que acalmam a consciência com a defesa de que seriam anjos a mais que teriam garantido o paraíso.

Amaro assume a abadia de Leiria, desejando salvar as almas. Com a morte do pároco da Sé, é nomeado e o cônego Dias, amante de Joaneira, mãe de Amélia, protagonista, arranja para que o novo vigário se hospede na casa da senhora, na qual é hóspede à mesa e à sesta. Amaro compõe o quarteto, pois Amélia se torna sua amante e engravida, morrendo junto com o filho.

Surge, então, o abade Ferrão, que busca apaziguar o espírito da moça, que se julga pecadora e tem terror das punições de Deus. Desde que chegou à Leiria, Ferrão percebeu, no cônego Dias, nas beatas e na relação de Amélia e Amaro, como tudo se passava. Constatava a existência de pessoas falsas e hipócritas, mas também reprimidas e recalçadas. Da ótica da “sua” FD, não aceitava o terror das pessoas, que temiam o pecado, mas eram frágeis e irresolutas. Contra a sua pouca força de vontade, era erguido um Deus tirano,

ameaçador e brutal.

No romance, há, dentre outras, duas confissões que o abade recebe e atendem ao objetivo desta seção: mostrar que o ‘interdiscurso’ ocorre, aqui, como relação polêmica e não como rito genético, embora, de certa maneira, também tenha este fim. Postando-se como narrador onisciente, numa das confissões, a de Dona Josefa, o autor escreve:

Quis então levar àquele noturno cérebro de devota, povoado de fantasmagorias, uma luz mais alta e mais larga. Disse-lhe que todas as suas inquietações vinham da imaginação torturada pelo terror de ofender a Deus... Que o Senhor não era um amo feroz e furioso, mas um pai indulgente e amigo... Que é por amor que é necessário servi-lo, não por medo... Que todos esses escrúpulos, Nossa Senhora a enterrar alfinetes, o nome de Deus a cair no estômago, eram perturbações da razão doente. Aconselhou-lhe confiança em Deus, bom regime para ganhar forças. Que não se cansasse em orações exageradas (QUEIRÓS, 2000, p. 295).

Por meio do discurso indireto livre sobre o fluxo de consciência do abade, Eça constitui uma discursividade que se sustenta sobre dois polos, criando, de um lado, uma grade depreciativa do discurso católico tradicional e, de outro, um acento elogioso da percepção de “sua” FD. Se, de um lado, “noturno cérebro”, “povoado de fantasmagorias”, “imaginação torturada pelo terror”, “amo feroz e furioso”, “servi-lo não por medo”, “perturbações da razão doente” e “orações exageradas” estabelecem traços negativos sobre a atuação da igreja católica tradicional, ameaçadora e punitiva, de outro, “luz mais alta e larga”, “é por amor que é necessário servi-lo” e “pai indulgente e amigo” criam a humanização da religiosidade. O excerto permite entrever a depreciação de um modo de religião e o elogio do oposto. Os ingredientes empregados por Eça para representar o discurso de Ferrão conduzem o leitor ao rechaço de uma FD terrificante e à simpatia com outra, doce e bondosa.

Embora o ‘interdiscurso’ seja ubíquo, há três passagens que o revelam, porque colocam duas FDs em relação polêmica: “luz mais alta e mais larga”, “não era um amo feroz e furioso” e “por amor, não por medo”. Na primeira,

a comparação se faz sobre o pré-construído de uma luz menos alta e larga (e se percebe qual é mais e qual é menos). Nas outras, a negação é frontalmente polêmica e contrapõe dois modos de representar “o Senhor” e ser conduzido para Ele. Se há uma FD que o toma como um “amo feroz e furioso”, há outra que o vê como “um pai indulgente e amigo”, assim como, se existe uma FD que afirma ser necessário servi-lo por medo, há outra que afirma que deve ser por amor. Mais do que em outro lugar, nestes três casos, a comparação e a negação revelam o descompasso entre-discursos.

O segundo recorte pertence à confissão de Amélia e, como acontece com o abade, Eça se imiscui na consciência da moça por meio do discurso indireto livre, revelando o que se passa na consciência dela, que, até então atormentada pela aflição, passa a viver em paz:

Ah, fora decerto Nossa Senhora, compadecida enfim dos seus tormentos, que lhe mandara do Céu aquela inspiração de se ir entregar toda dorida aos cuidados do abade Ferrão! Parecia-lhe que deixara lá, no seu confessionário azul-ferrete, todas as amarguras, os terrores, a negra farrapagem de remorso que lhe abafava a alma. A cada uma das suas consolações tão persuasivas sentira desaparecer o negrume que lhe tapava o Céu; agora via tudo azul; e quando rezava, já Nossa Senhora não desviava o rosto indignado. É que era tão diferente aquela maneira de confessar do abade! Os seus modos não eram os do representante rígido dum Deus carrancudo; havia nele alguma coisa de feminino e de maternal que passava na alma como uma carícia; em lugar de lhe erguer diante dos olhos o sinistro cenário das chamas do Inferno, mostrava-lhe um vasto Céu misericordioso com as portas largamente abertas e os caminhos multiplicados que lá conduzem, tão fáceis e tão doces de trilhar que só a obstinação dos rebeldes se recusa a tentá-los (p. 311-312).

Cada palavra de Amélia revela a relação interdiscursiva entre as duas FDs. Detenho-me na contraposição da ação do abade Ferrão com a que seria diferente. Por meio de negações (uma explícita e outra indireta), o confessor é descrito como não “representante de um Deus carrancudo” (que pressupõe que alguém seria) e como não erguendo “diante dos olhos o sinistro cenário das chamas do Inferno” (que faz inferir que alguém o faria). Além disso, com

duas afirmações, ele é representado como tendo “alguma coisa de feminino e de maternal” (que indicia a existência do contrário) e que “mostrava-lhe um vasto Céu misericordioso com as portas largamente abertas” (que aponta para um discurso sobre um Céu punitivo e com portas estreitas).

Acredito que os dois exemplos e a reflexão mostram a ocorrência de relações interdiscursivas que delimitam FDs, elogiando aqui e desmerecendo ali por meio da incrustação do outro/Outro no mesmo/Mesmo. Fecho a seção com Maingueneau (2005, p. 39 - grifo do autor). Para ele, o ‘interdiscurso’ “seria, então, de alguma forma, o *interdito* de um discurso. A formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado”.

O INTERDISCURSO COMO SUSTENTAÇÃO

Dentre as formas que consigo perceber, existe, ainda, uma terceira maneira de o ‘interdiscurso’, sem deixar de atender à sua matriz conceitual, manifestar-se na discursividade. Neste caso, a relação interdiscursiva não se refere ao uso de uma FD que fornece matéria prima para a gênese de outra ou à mescla heterogênea de um discurso assumido e outro interditado, mas ao fato de uma FD se valer de outra(s) como suporte, sendo retomada como condição de legitimidade da que se vale dos seus postulados. Em outras palavras, aqui, a FD buscada aparece como discurso de autoridade que legitima preceitos e atitudes da FD “parasitária”.

Entendo que o ‘interdiscurso’ funciona como sustentação e suporte, quando uma FD, pertencente a outras condições de produção, é metaforizada e importada para dentro de circunstâncias, por assim dizer, inesperadas, à guisa de garantia de uma aura de verdade para a que a busca como modo de legitimação. Neste caso, entendo valer a afirmação de Pêcheux (1995, p.

162), quando afirma:

Propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Não é incomum o fato de um discurso recorrer a outro para corroborar o que assume. Esse fenômeno pode ocorrer por meio do discurso relatado, do discurso indireto livre, da ironia, da citação, do uso das aspas, do jogo, do trocadilho, dentre outras possibilidades. Creio que o que importa reter é que o discurso do outro/Outro é imiscuído no discurso do mesmo/Mesmo, dando-lhe um ingrediente a mais de confiança na “verdade” que professa.

Talvez, uma maneira de cercar a afirmação de que uma FD se vale do ‘interdiscurso’, como algo anterior, exterior e independente, para criar efeito de verdade e conferir razoabilidade ao que assume, seja assumir a distinção entre tipos discursivos, entendidos como “gêneros” pertencentes a esferas institucionais variadas, que, de alguma maneira, garantem as características internas e os espaços externos “legítimos” de circulação. Penso, neste caso, na diferença entre discurso religioso, jurídico, publicitário, psicológico e outros. A relação entre discursos, neste sentido, ocorreria quando um “enunciado” de um discurso migra para outro como modo de atestar o efeito de verdade que está sendo visado. De toda sorte, a meta-forização acontece como busca de garantia em outras paragens.

Para exemplificar este modo de interdiscurso e de importação de uma FD por outra, valho-me de trechos do artigo de um professor, que, pego junto com os seus simpatizantes numa querela sobre se o seu grupo deveria ou não ser incorporado na criação de um programa de pós-graduação, teve o pleito rejeitado em face da linha teórica assumida. Após uma reunião conflituosa e a inserção da linha de pesquisa que contemplaria o docente ter sido rejeitada,

o artigo citado foi publicado num jornal de circulação local e os que acompanharam os eventos se polarizaram entre uma postura elogiosa ou ofendida. Faço estas colocações para ambientar o leitor, mas me detenho, doravante, ao objetivo da seção.

1) Num de seus livros, o historiador Carlo Ginsburg conta a história de Menocchio, moleiro, trabalhador italiano que, por causa das suas ideias, acabou parando diante de Tribunal de Inquisição no Século 16. As suas ideias originavam-se de leitura muito particular de textos que chegaram às suas mãos.

2) A curiosidade e as opiniões de Menocchio, segundo Ginsburg, fizeram dele um desses homens para os quais dizer o que pensam é tão importante que acabam arriscando a própria vida. Em comentário sobre a história de Menocchio, Renato Janine Ribeiro, tradutor de Carlo Ginsburg, observa que ‘nem toda a confissão é sempre uma vitória da tortura; porque às vezes a pior tortura é ter a voz silenciada’. Menocchio, o trabalhador que lia, refletia e discutia suas ideias foi vítima da intolerância, teve que se calar e acabou sendo levado à fogueira.

3) Segundo Henry Drummond, pregador e evangelista britânico do século 19, a intolerância continuava em sua época sendo um dos mais tristes problemas da humanidade. Para ele, não existia maldade que pudesse superar um temperamento intolerante. Por seu poder gratuito de produzir miséria a intolerância não tinha concorrente.

4) Infelizmente, a intolerância ainda não desapareceu e sobrevive como uma marca reciclada neste perigoso início de século. Observem-se as intolerâncias do racismo que renasce nos estádios de futebol da Europa e até na América Latina. Mas além de ser surpreendido com advertências sobre com que cor se deveria ter nascido, corre-se também o risco, em muitos outros lugares, de ser segregado por se ter certos amigos, por ler determinados livros, pelo que se escreve e pensa.

5) No presente, como no passado, continua-se com poucas opções diante de um comportamento truculento e intolerante, método execrável, que já deveria estar em desuso, mas que ainda é o preferido e exercitado por muitas pessoas.

Parto do acordo tácito de que, em face das condições de produção descritas, o fio de condução do discurso ocorre no sentido de rejeitar uma atitude tida como pedagogicamente inaceitável, postando-se em relação à abertura para a diferença e a diversidade. Também creio poder considerar que, se tivesse que situar o discurso em análise, ele seria alocado no terreno pedagógico, por estar relacionado à educação e ao ensino de pós-graduação.

Por fim, penso que posso partir da tese de que a polêmica acontece entre uma FD que defende a multiplicidade e a formação universalista e outra, que se coloca a favor da concentração sobre um eixo de organização teórico-disciplinar.

Com isso, retomo o fio da meada. Nos recortes 1 e 2, ao se reportar à obra **O queijo e os vermes**, de Carlo Ginzburg, um historiador italiano, o autor se reporta aos eventos ocorridos com Menocchio, um moleiro italiano que foi levado aos tribunais inquisitoriais por afirmar algumas “heresias”, desdizê-las quando preso e voltar a afirmá-las quando em liberdade. Entendo que o caso é buscado para mostrar um “comportamento truculento” da Idade Média e que alicerça o início do trajeto necessário para exemplificar, por meio de um acontecimento histórico, a intolerância que causa a insatisfação do “rejeitado”. Para criticar o que ocorre na esfera pedagógica acadêmica, o autor se ampara no discurso da História (da “microhistória” ou dos “estudos de casos”) como um alicerce que lhe permite, com maior efeito de verdade, defender a FD de que é suporte e que entende que a diferença não pode ser alijada por uma voz homofônica. O enunciado “o trabalhador que lia, refletia e discutia suas ideias foi vítima da intolerância, teve que se calar e acabou sendo levado à fogueira” deve ser lido não só remetendo a Menocchio, mas também ao autor do texto, vitimado pelo “método execrável”. Há, aqui, uma relação interdiscursiva entretecida entre o discurso pedagógico e o discurso histórico e este aparece como sustentáculo daquele.

Com um salto temporal de alguns séculos, o docente se refere a Henry Drummond, “pregador e evangelista britânico do século 19”, para quem “não existia maldade que pudesse superar um temperamento intolerante, por seu poder gratuito de produzir miséria”. Embora, neste caso, não se trate de uma vítima da intolerância, mas de alguém que a caracterizava como nefasta, o fio da meada permanece consistente com a linha argumentativa que busca se

cercar de discursos que o auxiliem na discordância com a atitude de que foi “vítima”. Dado o objetivo da seção, atento para o fato de que, desta feita, o apelo é feito ao discurso religioso que contradiz a rejeição, a interdição e a discriminação. Assim como Menocchio ilustra a nocividade da intolerância, Drummond a denuncia como empobrecedora, não sendo outra a razão de o autor do texto buscar amparo nestes dois casos.

Adiantando-se em mais um século, o autor, desta vez, reporta-se a episódios de “intolerância do racismo que renasce nos estádios de futebol da Europa e até na América Latina”. Indo ao ponto, neste caso, é o discurso do mundo esportivo que sustenta a crítica sobre os resultados da intolerância. Percorrendo os discursos historiográfico, religioso e esportivo, a rejeição à intolerância se fecha, com o docente fazendo parte crucial da linha argumentativa, já que, para ele, “corre-se também o risco, em muitos outros lugares, de ser segregado por se ter certos amigos, por ler determinados livros, pelo que se escreve e pensa” e não parece ter sido outro o episódio motivador do artigo.

Para concluir a seção, defendo que o percurso secular com incursões pela história, pela religião e pelo esporte se justifica em face da revolta contra o comportamento intolerante “que já deveria estar em desuso, mas que ainda é o preferido e exercitado por muitas pessoas”. Parece quase evidente que a relação entre discursos utilizada no artigo trazido como exemplo demonstra a busca de “algo que fala antes, em outro lugar e independentemente” para dar sustentação aos ditames de uma FD.

Retomando o ponto crucial: se é verdade que a formação ideológica pedagógica está às voltas com preocupações que dizem respeito à educação, ela deveria, em tese, ser autossuficiente para demonstrar a plausibilidade (ou não) de um ponto de vista, neste caso, que indicasse a abertura de múltiplas perspectivas ou a concentração em torno de um núcleo teórico/disciplinar.

Portanto, não haveria necessidade de recorrer a “saberes” provenientes de outras FDs para a confirmação/ratificação/sustentação de uma mirada valorativa. Porém, o recurso às FDs da História, da Religião e do Esporte tem a função de fornecer elementos oriundos do exterior independente como garantia de um ponto de vista, que, se não fosse posto em discurso, poderia ser ignorado. É a esta relação entre discursos que me refiro, quando entendo o ‘interdiscurso’ como sustentação. Fecho a seção com mais uma citação de Maingueneau (2005, p. 38 – grifo do autor):

No discurso, o interdiscurso habita o ‘próprio coração do intradiscurso’, em face da ‘*inconsistência* de uma formação discursiva entendida como efeito do interdiscurso enquanto exterior específico de uma formação discursiva no próprio interior dela’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, acredito que devo frisar três pontos. O primeiro se refere ao conceito de ‘interdiscurso’, do qual percebo apropriações que tomam a noção de uma forma “relaxada” (*lato sensu*), apagando o poder explicativo que ela possui. Se, de acordo com Pêcheux e Henry, o ‘interdiscurso’ “fala antes, em outro lugar e independentemente” e, como fundadores da AD, eles se incumbiram de estabelecer algumas linhas mestras, entendo que, no que é possível, os conceitos devem ser considerados na sua acepção estrita, o que exige, eventualmente, uma leitura de sintomas, que não pode se resumir a um texto ou outro, ou seja: o sintagma definidor da relação entre discursos deve ser tomado na sua íntegra e não aos pedaços. Creio que a última seção é ilustrativa no que tange à anterioridade, exterioridade e independência.

O segundo se refere ao fato de que a prática interdiscursiva, mesmo que tenha formas distintas de manifestação, não elimina alguma das parcelas

constituintes da definição geral. Seja como rito genético, relação polêmica ou efeito de sustentação, os três componentes do conceito de ‘interdiscurso’ se mantêm vivos, remetendo ao que é dito antes, num lugar diferente e de forma independente em relação ao discurso que o retoma. Cada uma delas é apenas uma maneira diferente de o mesmo fenômeno acontecer.

O terceiro, por fim, diz respeito à não pretensão de esgotar as múltiplas possibilidades de a relação entre discursos acontecer. Acredito que as três que descrevi são defensáveis e haverá materialidades discursivas dispersas que devem dar crédito aos pleitos explicativos que estabeleci como objetivo. Penso (sem poder mostrar aqui) que os três modos que expus não esgotam as múltiplas possibilidades de um discurso se alimentar de outro, o que sugere, por decorrência, que há trabalho a fazer.

Por fim, que o ‘interdiscurso’ seja tomado, às vezes, de um modo um tanto dilatado não me parece um problema que não se possa contornar ou do qual não se possa fazer render *insights* produtivos, mas me parece que, em sendo assim, o conceito perde em relevância e aporte teórico o que tem de poder explanatório em relação às práticas discursivas: o exemplo de Pêcheux (“aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”) serve aos propósitos de fixar de maneira estrita o que significa “algo fala antes, em outro lugar e independentemente”.

REFERÊNCIAS

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. (Trad. Sírio Possenti). Curitiba: Criar Edições, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. (Trad. Eni Pulcineli Orlandi et.al.). 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Eni Pulcineli Orlandi). 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

QUEIRÓS, Eça de. **O crime do padre amaro**. Ática: São Paulo, 2000.